

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA POLÍTICA DE SAÚDE: seus impactos na formação dos trabalhadores do SUS

Débora Holanda Leite Menezes<sup>1</sup>  
Júlia Barcelos Bittencourt<sup>2</sup>  
Leon Pereira de Oliveira<sup>3</sup>  
Lucas Cavachini Rodrigues<sup>4</sup>  
Priscila Gomes Napolitano<sup>5</sup>

### RESUMO

O artigo reflete sobre a formação dos trabalhadores da saúde, tanto no âmbito da formação superior, quanto na formação continuada, na área da saúde. A metodologia baseou-se no levantamento bibliográfico e documental e na apreciação dos dados da pesquisa Universidade e Saúde (2020-2023), desenvolvida em uma universidade pública, na região sudeste. Outrossim, a pesquisa analisa o impacto da ofensiva neoliberal na configuração da política de saúde e nos trabalhadores da saúde pública, que cotidianamente têm vivenciado mudanças significativas na dinâmica do trabalho profissional. É possível perceber que a pandemia de Covid-19 agudizou problemas antigos, como: o subfinanciamento, o sucateamento e a precarização nas condições de trabalho na área da saúde. formação profissional impactada pela lógica neoliberal de conceber a saúde enquanto mercadoria e, portanto, faz-se necessário repensar o processo formativo dos trabalhadores da saúde para fortalecer o caráter público e universal do Sistema Único de Saúde.

**Palavras-chave:** Formação profissional; Saúde Pública; Neoliberalismo

### ABSTRACT

The article reflects on the training of health workers, both in higher education and in continuing education in health. The methodology was based on a bibliographical and documentary survey and on the preservation of data from the University and Health survey (2020-2023), developed at a public university in the southeast region.

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: [deyholandaufRJ@gmail.com](mailto:deyholandaufRJ@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [barcelosbittencourt@gmail.com](mailto:barcelosbittencourt@gmail.com).

<sup>3</sup> Assistente Social. Residente em Saúde da Família pela ENSP/Fiocruz. Colaborador Externo do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: [leon.oliveira351@gmail.com](mailto:leon.oliveira351@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduando da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estagiário do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro (CPRJ). E-mail: [lucascavachini11@gmail.com](mailto:lucascavachini11@gmail.com)

<sup>5</sup> Acadêmica em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde. E-mail: [gomes.priscila22@gmail.com](mailto:gomes.priscila22@gmail.com).

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Furthermore, the research analyzes the impact of the neoliberal offensive on the configuration of health policy and on public health workers, who have daily experienced transferred changes in the dynamics of professional work: underfunding, scrapping and precarious working conditions in the health area. professional training impacted by the neoliberal logic of experiencing health as a commodity and, therefore, it is necessary to rethink the training process of health workers to strengthen the public and universal character of the Unified Health System.

**Keywords:** Professional qualification; Public health; Neoliberalism

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta se dedica à reflexão acerca da formação dos trabalhadores da área da saúde na cena contemporânea, considerando o sistemático desmonte do Sistema Único de Saúde, a precarização e flexibilização do mercado de trabalho e os desafios enfrentados ao longo da Pandemia de Covid-19 (2020 -2021). Nesse sentido, busca analisar o impacto da ofensiva neoliberal no desenho da política de saúde, a partir da formação nos cursos de graduação da área da saúde e refletir sobre como a flexibilização e precarização do trabalho na saúde dificulta o processo de formação continuada previsto pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990).

Para tanto, este estudo toma como base a revisão bibliográfica para compreender os conflitos e disputas que envolvem a implementação do Sistema Único de Saúde desde sua criação até o presente momento, além da análise do levantamento documental no âmbito das produções universitárias apresentadas nas jornadas científicas, realizadas por membros da graduação e pós-graduação, vinculados ao Projeto de Pesquisa e Extensão Universidade e Saúde, inserido no Núcleo de Estudos sobre “Políticas Públicas, Questão Social e Serviço Social” (NUPEQUESS/UFRJ).

Cabe ressaltar que as jornadas acadêmicas são importantes eventos de socialização/compartilhamento das produções científicas, artísticas, tecnológicas e culturais resultantes do processo de ensino, pesquisa e extensão. A partir do levantamento documental foi possível identificar que as principais produções científicas se concentram nas temáticas de Saúde Mental; Saúde da Mulher; Saúde materno-infantil; Saúde Pública; Saúde do Idoso; Saúde do Trabalhador; Saúde mental infanto-juvenil; Saúde do Homem; Saúde das pessoas em situação de rua;

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Saúde infanto-juvenil. Entre outras questões relacionadas à saúde, foram levantados resumos que abordam análise da conjuntura política da saúde; Controle Social e Participação da Sociedade Civil; Ensaio clínico: manifestações neurológicas; Promoção da Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Direitos Sociais e a Relação com o Acesso à Saúde; Práticas Profissionais em Saúde; Arte e Saúde; Habitação, entre outros.

O percurso desta pesquisa tem como base o resgate do histórico da política de saúde, partindo de uma perspectiva *crítica* analítica sobre os principais desafios para sua implementação, considerando-o palco de grandes disputas de interesses vinculados ao ideário de saúde defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária, o qual compreende saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado, e ao ideário neoliberal de saúde, cujo olhar para o campo da saúde é regido pelos interesses privatistas.

Na contemporaneidade, a Pandemia de Covid-19 foi um importante marco temporal, pois impactou tanto no que diz respeito à formação universitária dos profissionais de saúde, quanto na possibilidade de implementação das iniciativas de educação permanente, tendo em vista a intensificação das demandas de promoção, prevenção e proteção à saúde no período da pandemia.

Assim, ao refletir sobre os desafios e possibilidades para formação dos trabalhadores de saúde, tanto na esfera do ensino superior, quanto na esfera da formação continuada, este trabalho tem como intuito contribuir para defesa da qualificação do corpo de trabalhadores do SUS, reforçando seus princípios e diretrizes, bem como a democratização do acesso à saúde pública e a participação social.

## 2 - SAÚDE NO BRASIL: QUESTÕES DE UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA SAÚDE.

A política de saúde tem sido uma pauta amplamente discutida, sobretudo após o período mais agudo da Pandemia de Covid-19. No entanto, partindo de uma concepção histórico-crítica, não é possível analisar os atuais desafios enfrentados

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

pela saúde pública no Brasil sem considerar as disputas históricas que atravessam esse campo. Destarte, a política de saúde se desenvolve atrelada às múltiplas determinações do contexto social, econômico e político. Deste modo, pode-se considerar como marco histórico a conquista do entendimento de saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado, registrada na Constituição Federal de 1998, para fundamentar a análise da realidade contemporânea.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo conjunto de mobilizações sociais sob o enfoque democrático, na qual houve a politização da saúde de modo a envolver diferentes segmentos sociais (intelectuais, trabalhadores da saúde, partidos políticos de oposição ao regime militar), constituindo um movimento heterogêneo conhecido como Movimento de Reforma Sanitária. No bojo desse processo, um novo modelo de saúde pública, universal e de qualidade foi pensado coletivamente, pautando a necessidade de participação popular nos processos de gestão das políticas públicas de saúde e na capacitação dos trabalhadores para a garantia do controle social sobre as mesmas (ESCOREL, 1999).

A VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, foi um momento decisivo para a consolidação do conceito ampliado de saúde que contrapôs à concepção biologicista de saúde como ausência de doenças, definindo-a enquanto pleno bem-estar físico, mental e social, e, posteriormente, sendo incorporada à Constituição Federal de 1988. Além disso, a VIII CNS resultou na definição dos princípios e diretrizes que posteriormente moldaram o Sistema Único de Saúde ao ser oficializado pela Constituição de 1988, enquanto dever do Estado e direito de todos os cidadãos (BRAVO, 2001).

Assim, o entendimento do Movimento da Reforma Sanitária de saúde enquanto processo histórico e social, que deve ser pensado de maneira ampla e coletiva, compreendendo elementos do contexto histórico, econômico, político, social, cultural, etc. esteve muito relacionado à uma outra perspectiva societária que registrou nos marcos legais a defesa de um Sistema Único de Saúde vinculados aos princípios

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

democráticos e universais, ancorados também em um outro modelo econômico (AROUCA, 1997).

Esta perspectiva não se sustenta partindo exclusivamente da atuação dos trabalhadores, pois requer ação eficiente do Estado de efetivar as garantias obtidas por esses profissionais, como na Lei Orgânica da Saúde e nas Legislações Trabalhistas. Tomando como base o conceito de Educação Permanente em Saúde, originado pela Organização Pan-Americana da Saúde, da proposta de Educação Permanente do Pessoal de Saúde (PNEPS, MS, 2018), idealizando o avanço constante necessário para que o desenvolvimento seja real e as problemáticas superadas, num contexto onde somente a aprendizagem significativa dará aos profissionais adesão às transformações cotidianas (CECCIN, 2004).

No entanto, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Orgânica de Saúde (Lei nº 8.080/1990), importantes marcos regulatórios do SUS, sofreram modificações consideráveis fruto da “reorganização dos setores conservadores contrários à reforma que passam a dar a direção” (BRAVO, 2001, p.12) da política de saúde a partir do início da década de 1990. Cabe ressaltar que esse momento histórico foi atravessado pelo processo de reorganização das formas de acumulação capitalista a nível mundial. Isto porque, após a *crise estrutural do capital* na década de 1970, diante da combinação de baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, o neoliberalismo encontrou terreno propício para se apresentar como a única saída possível para esta crise do capital.

O conjunto de transformações das relações de trabalho e da refuncionalização do Estado que ocorreu no mundo todo redirecionaram o foco das políticas sociais e, nesse sentido, os rumos da política de saúde pública foram diretamente impactados pela ofensiva neoliberal. Assim, houve uma ampliação do setor privado no âmbito da formação superior dos cursos de saúde e um esvaziamento dos espaços de controle e participação social.

### 3- OS TRABALHADORES DA SAÚDE NA AGENDA NEOLIBERAL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TENDÊNCIAS DA LÓGICA MERCADOLÓGICA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

O neoliberalismo se tornou uma diretriz central do pensamento e administração econômica em função das teorias política econômicas que prezam pela liberdade e capacidade empreendedoras individuais “no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2008, p.6). Afinal, sob a orientação neoliberal o Estado se faz presente na mediação das crises e interesses do setor econômico. A exemplo disto, tem-se que o fundo público deixou de “garantir políticas sociais e medidas econômicas anticíclicas, seguindo as orientações keynesianas, passou a remunerar imediatamente o capital, sobretudo o capital rentista” (CISLAGHI, 2020, p.3).

Ainda segundo Cislaghi (2020), o neoliberalismo tem como característica determinante a hegemonia do capital financeiro como carro chefe da economia, entretanto, a recuperação e o crescimento do capital requerem, necessariamente, a intensificação da exploração dos trabalhadores, uma vez que é na produção que se obtém a *mais-valia*. Assim, reestruturação produtiva e o combate às organizações de trabalhadores e os princípios solidários de proteção social foram importantes para a difusão do neoliberalismo orientado pelos organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. É notável, portanto, que, embora os movimentos democráticos tenham ocupado a cena política nos anos 1970 e 1980 no Brasil, na década de 1990, estes perderam força de mobilização e articulação diante ao cenário de crise que se instaurou no país.

A lógica mercantilista adentra os espaços de formação e ensino com o intuito estratégico da produção de uma força de trabalho que atenda às demandas impostas pelas necessidades do capital, não as de uma população que tem o direito à saúde integral e universal assegurados constitucionalmente (BRASIL, 1988). Resultando numa formação clausurada em eixos tecnicistas, a qual não se compromete com o ensino generalista, crítico e continuado, pois estes não geram o mais valor necessário para o ciclo mercadológico do capital (CISLAGHI, 2020).

Os anos 1990 foram marcados pelo “redirecionamento do papel do Estado, influenciado pela Política de Ajuste Neoliberal” (BRAVO, 2001, p.13), a qual busca

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



substituir o que chama de administração pública burocrático por um modelo gerencial, transferindo para o setor privado a responsabilidade direta do Estado no desenvolvimento econômico e social. Isto é, no âmbito da saúde houve a “redução dos investimentos nas políticas públicas que, na década anterior, foram marcadas por uma perspectiva de expansão de direitos e de serviços ” (MENEZES, LEITE, 2016, p.123), de modo a instituir privatização na saúde desde sua gestão à prestação de serviços.

Na década de 1990, o SUS progressivamente foi alvo de diversas ações de caráter privatista, no âmbito de desestruturação de um sistema de saúde que atenda as demandas universais e públicas, para um deslocamento em que a saúde se reifica como mercadoria (LEITE, MENEZES, 2016), atendendo a lógica do capital, onde quem pode custear tem acesso aos serviços e quem depende de um sistema universal de saúde fica à mercê dos interesses da iniciativa privada. Vale destacar também que a iniciativa privada se alastrou pelo setor educacional, mercantilizando também o ensino em saúde, além de precarizar sua qualidade (LIMA, 2007).

Neste modelo de gestão das políticas públicas, a saúde foi atravessada pelo tensionamento entre os interesses mercadológicos e privatistas frente ao que foi garantido pela Constituição Federal de 1988. Sob esta perspectiva, a função do Estado seria apenas garantir assistência em saúde àqueles que não podem pagar, favorecendo o setor privado que presta serviços de saúde, contrapondo o princípio da universalidade do acesso à saúde. Cabe ressaltar ainda que esse conjunto de ajustes foram orientados por organizações multilaterais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, para, supostamente, recuperar as economias latino-americanas e garantir o pagamento da dívida pública (BEHRING, BOSCHETTI, 2017).

Deste modo, tem-se a implementação do Plano Diretor, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), como exemplo da Reforma do Estado, no qual se propõe a adoção de um modelo gerencial de saúde propiciando o surgimento das Organizações Sociais (OS). Sob a falsa prerrogativa de melhor eficiência e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



produtividade, “o que se observa no cotidiano das instituições gerenciadas pelas OS são o abandono, o descaso e a precarização do serviço público” (MENEZES, LEITE, 2016, p125), além da flexibilização dos vínculos de trabalho e abandono da perspectiva humanizada de atendimento. Nos marcos regulatórios da política de saúde, destaca-se a Norma Operacional Básica -SUS (NOB-SUS) de 1996, cujo impacto incide diretamente sobre a estrutura, o financiamento e as relações trabalhistas do SUS.

Apesar do discurso progressista e da incorporação de lideranças do Movimento de Reforma Sanitária em cargos governamentais, a gestão da política de saúde nos governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) se mostrou alinhada ao projeto neoliberal iniciado por seu antecessor, reiterando elementos como a precarização e terceirização dos postos de trabalho, além do desfinanciamento do SUS. Em 2007, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão propõe o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 92/2007, que se refere à autonomia das Fundações Públicas de Direito Privado para efetuar contratos com outros agentes de mercado e não contribuir para formação do fundo público. Ainda sob a égide do governo Lula, foi criado a EBSEH que, ao lado das OS e Fundações, representa mais um ataque direto ao SUS. (MENEZES, LEITE, 2016).

Sob gestão da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), a implementação da EBSEH concretizou mais um mecanismo jurídico que favoreceu a lógica de mercado e a perda da autonomia universitária em diversos complexos hospitalares universitários (BRAVO; MENEZES, 2011). Ademais, houve a abertura de serviços de saúde para capital estrangeiro com a MP nº656/2014 e a Proposta de Emenda Constitucional nº451/2014 que prevê a obrigatoriedade de adesão aos planos de saúde por parte dos trabalhadores urbanos e rurais.

Após o impeachment de Dilma, o governo interino de Michel Temer se propôs à uma retomada dos ajustes neoliberais em sua forma mais ortodoxa, evidenciando, portanto, que o SUS sofre não apenas com o subfinanciamento, mas também com o desfinanciamento, uma vez que a redução de seu orçamento se dá através dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mecanismos jurídicos já citados anteriormente, com destaque para a privatização da gestão dos serviços de saúde (EBSERH, OSs, OSCIPS, etc); a Lei de Responsabilidade Fiscal; a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e Renúncias Fiscais, que deixam de arrecadar impostos do setor privado; e pela Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos na saúde por 20 anos (MENDES; CARNUT, 2020).

Nesse sentido, o governo Bolsonaro (2019-2022) deu continuidade ao conjunto de ataques contra a premissa de consolidação da saúde pública, gratuita e universal, alterando significativamente a estrutura do Ministério da Saúde, tendo em vista a extinção e reformulação de Secretarias e Departamentos cujo objetivo foi o institucionalizar o teleatendimento e fortalecer os hospitais filantrópicos e privados e, simultaneamente, enfraquecer os espaços de controle e participação social (BRAVO et al, 2020).

O resgate da trajetória da política de saúde permite compreender que o agravamento da crise sanitária no Brasil é algo que antecede o contexto pandêmico, porém foi agudizada e se deu em função da má gestão governamental, mas também como resultado dos últimos 30 anos de sucateamento do SUS e da precarização do trabalho em saúde, tanto na sua formação, quanto em sua atuação profissional.

A realidade exposta de flexibilização, subfinanciamento e desmonte das Políticas Públicas de Saúde durante os anos de 1990 até os dias atuais, com seus respectivos projetos políticos governamentais, refletem diretamente na prática dos profissionais e nos processos formativos, de alunos, estagiários, residentes e demais profissionais, pois se distanciam dos pressupostos alcançados com as lutas da Reforma Sanitária e as Confederações Pan-Americanas de Saúde (MENEZES, LEITE, 2016).

Assim, com o sistema público constantemente sucateado, os profissionais de saúde são empurrados para a lógica quantitativa da atuação relacionada com o modo de produção capitalista, distanciando-se do qualitativo. Com uma demanda cada vez maior de atendimentos pelo viés produtivista, a formação em saúde pode ser

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

encarada pelos gestores e pelos profissionais como perda de tempo. Além disso, a precarização e flexibilização do trabalho dificulta o fortalecimento de uma consciência sanitária, bem como a criação de vínculos com a instituição e distancia as práticas coletivas de reflexão do exercício profissional.

Afinal, a condução das políticas públicas de saúde orientadas para o atendimento das demandas liberais, privatistas e imediatistas não contribui para a construção de espaços formativos críticos e multiprofissionais, na qual a saúde é vista para além da dimensão biologicista, considerando os eixos social e político que a atravessa. Esta concepção requer maior articulação entre os espaços de formação - dentro e fora da universidade - e os espaços de participação social que contraponham a submissão do Estado aos interesses do capital e ratifique seu compromisso com os direitos constitucionais de saúde pública e integral.

## 4 - A LÓGICA NEOLIBERAL: SEUS EFEITOS DELETÉRIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO DA CONSCIÊNCIA SANITÁRIA

Com o advento da pandemia de Covid-19 e as questões que atravessaram seus desdobramentos na saúde pública brasileira, como o repentino impacto de uma crise pandêmica atrelada não somente ao eixo biológico, mas perpassado por agravamentos sociais, políticos e estruturais, evidenciou-se a urgente necessidade de mudança no paradigma neoliberal que impõe a dualidade saúde/doença, para qualificar a execução das políticas de saúde e a formação profissional em saúde (CARDOSO, 2020).

Durante a Pandemia, o Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) da Fundação Getulio Vargas (FGV) realizou em 2020 uma pesquisa demonstrando o sentimento dos profissionais de saúde mediante os constantes riscos e agravamentos enfrentados, foram entrevistados ao total 1.456 profissionais da saúde pública, entre os dias 15 de abril e 1º de maio de 2020, resultando nos seguintes dados: 91,25% dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) se sentem despreparados para a atuação – numa frente de risco, na pandemia. No

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

caso dos enfermeiros e profissionais da enfermagem o índice é de 84,31% e para os médicos, de 77,68% (FGV,2020).

Dados que exprimem as condições que se encontram os processos formativos em saúde, que quando alinhados ao histórico de sucateamento do Sistema Único de Saúde, às contradições cotidianas precárias de trabalho desses profissionais e o desmonte constante de seus direitos trabalhistas visando a mercantilização da saúde pública, resultam na crise sem precedentes vivenciada durante a pandemia e seus reflexos experienciados até hoje (CARDOSO et al, 2021).

Como despesa a essa realidade de despreparo e agravamento, os trabalhadores tiveram suas integridades biológicas, psicológicas e sociais levadas ao limite, quando não extrapoladas. Resultando num custo humano as consequências de se idealizar e executar a saúde pública num histórico de desmonte, precarização e flexibilização (CAPONI, 2020).

Tomando como base a Lei Orgânica da Saúde Nº 8.080/1990, a qual prevê em seu regimento a formação continuada em saúde e sua importância, entendendo o conceito de saúde como complexo e em constante construção e desenvolvimento (CECCIN, 2004), o processo formativo constante dos profissionais de saúde se coloca como fundamental tanto para o cotidiano das atuações nos serviços de saúde, quanto para recortes agravados como o caso das diversas e densas questões provenientes de uma pandemia.

Os dados levantados na pesquisa da NEB-FGV permitem mensurar a defasada formação atual de profissionais no campo da saúde, onde um aprendizado que se restringe ao simples processo formativo de uma graduação ou ensino técnico, não consegue responder às transformações constantes do campo da saúde, seus determinantes sociais e suas implicações na sociedade, exemplificado pelo despreparo de tantos profissionais mediante aos acontecimentos da crise de saúde pública que foi a pandemia (FGV, 2020).

A relação entre o processo formativo e a atuação profissional em saúde deve ocorrer de modo integrado e continuado, para que tanto o estudante quanto o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



profissional de saúde se apropriem desta perspectiva democrática e participativa que envolve a construção de conhecimento e a prática em saúde. Assim, a defesa do caráter de saúde como direito público e universal e o atendimento humanizado e integral se perduram, ao mesmo tempo em que há a compreensão de que o sistema privado de saúde deve estar subordinado ao SUS.

Formar em saúde, hoje, dada a possibilidade de se analisar esse conceito após experiências tão múltiplas e complexas advindas da pandemia, é mais que nunca um processo constante e de (des)construção de saberes e vivências, síncrona à necessidade de desenvolvimento constante teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Um processo ativo em que os profissionais se enxerguem como produto e produtores de suas realidades pessoais e profissionais, ultrapassando os limites de um ensino maniqueísta, numa formação emancipadora (FEUERWERKER, 2000).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os constantes desmontes do SUS no Brasil, como visto, não são problemas novos e atrelados ao advento da pandemia, são problemáticas estruturais ligadas ao eixo político e econômico, mas foi na pandemia que evidenciaram-se as questões que urgem de intervenção. Uma realidade de desmonte, sucateamento e subfinanciamento (BISPO JUNIOR, 2022) somou-se às urgências sanitárias e biológicas, construindo um cenário agravado como fora e evidenciando mais ainda a gravidade que se encontra as Políticas Públicas de Saúde no Brasil.

A suspensão das atividades presenciais no processo de formação (estágio, ensino, pesquisa e extensão) tornou o cenário propício para reflexões sobre a qualidade do ensino superior dos cursos da saúde diante do afastamento dos estudantes dos seus objetos de intervenção, da supervisão de estágio no cotidiano profissional, etc. Por outro lado, foi possível acompanhar a dificuldade de efetivação da educação permanente diante da intensificação das demandas para os profissionais de saúde; sobrecarga, precarização e flexibilização dos vínculos de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho; as demais consequências dos sucessivos desmontes dos equipamentos de saúde já citadas anteriormente, etc.

Para além do eixo formativo, torna-se primordial também a reestruturação de um Sistema Único de Saúde público e universal em sua prática, que atenda as demandas de uma população, não o interesse liberal do capital, fundamentando a saúde com sua base de participação social, fortalecendo os processos de contratação e formação constante dos profissionais de saúde e instituindo Políticas Públicas que atendam as demandas de promoção, prevenção e proteção integral à saúde (LEITE, MENEZES, 2016).

Destarte, percebe-se que a lógica perversa do mercado, tem atingido cotidianamente os processos de trabalho e de formação para a saúde, contudo, não pode-se deixar de reconhecer ao longo deste processos os principais pilares, maturados na Reforma Sanitária de operacionalização da política de saúde, até para que seja possível construir respostas de resistência e participação, frente aos recorrentes ataque mercadológicos.

## REFERÊNCIAS

AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **Saúde é democracia**. Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-42. Disponível em: [http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf\\_nac\\_anais.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf).

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?**. Brasília, DF: 2018.

BRAVO, Maria Inês. **Política de saúde no Brasil**. p.88 Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza Bravo; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo. **A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências**. Ser Social, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25630/25147](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630/25147).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRAVO, Maria Inês; MENEZES, Juliana Souza Bravo, 2011. **A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões.** Disponível em: [http://www.adufrij.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/Revista\\_cadernos\\_de\\_Saude\\_PAGINA.pdf](http://www.adufrij.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf).

CAPONI, Sandra. **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal.** Estud. av., São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-224, ago. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200209&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 dez. 2020.

CARDOSO, Danielly Santos dos Anjos, et al. **O direito à saúde, a universalidade e a proteção dos trabalhadores: desafios do SUS na pandemia.** Rev. Humanidades e inovação, v.8, n. 35, 2020.

CECCIM, Ricardo Burg. **Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 161-77, set. 2004.

CISLAGHI, Juliana Fiuza, **Do neoliberalismo de cooptação ao ultra neoliberalismo: respostas do capital à crise.** Partes I, II e III, 2020.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário.** P.208. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação Permanente: uma dimensão formativa no Serviço Social.** 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. **A construção de sujeitos no processo de mudança da formação dos profissionais de saúde.** Divulgação em Saúde para Debate, Rio de Janeiro, n. 22, p. 18-24, 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Apenas 14,2% dos profissionais de saúde se sentem preparados para lidar com Covid-19, revela pesquisa.** Portal FGV, 28 mai. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/apenas-142-profissionais-saude-se-sentem-preparados-lidar-covid-19-revela-pesquisa>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GUIMARÃES, Cátia. **A importância de um sistema de saúde público e universal no enfrentamento à epidemia.** EPSJV/Fiocruz. Mar. 2020. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-importancia-de-um-sistema-de-saude-publico-e-universal-no-enfrentamento-a>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5040/3087>.

BISPO JÚNIOR, José Patrício. **Resiliência do Sistema Único de Saúde no contexto da pandemia de COVID-19: como se fortalecer?** Cad. Saúde Pública 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csp/2022.v38n10/e00097522/pt/#>.

LIMA, Júlio César França. (2007). **Neoliberalismo e Formação Profissional em Saúde.** Revista Trabalho Necessário, 5(5). Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4613/4249>.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. **Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento.** In: SER Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social / Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER Social. V. 22, n. 46, 1. sem./2020. 9-32 p.

MENEZES, Débora Holanda Leite; LEITE, Janete Luzia. **A nova configuração da política de saúde no Brasil: o Rio de Janeiro como laboratório.** Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, p. 121-136, 2016. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5040/3087>.

MENEZES, Monique et al. **Implementação das políticas públicas nas capitais brasileiras: o caso da COVID-19.** Cadernos Enap, n.93, 2021.

SANTIAGO, Tiago Teixeira da Rocha et al. **Desafios da saúde pública em meio à pandemia de COVID-19: revisão narrativa.** In: FONTES, F. L. L. (Org). A Saúde Pública brasileira em tempos de pandemia. Teresina: Literacia Científica Editora & Cursos, 2021, p. 73-79. DOI: 10.53524/lit.edt.978-65-995572-0-0/07 - <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701376/2/DESAFIOS%20DA%20SA%20C3%9ADE%20P%20C3%9ABLICA%20EM%20MEIO%20C3%80%20PANDEMIA%20DE%20COVID-19%20REVIS%20C3%83O%20NARRATIVA.pdf>.

PROMOÇÃO



APOIO